

Renegociação restrita

• 7 OUT 1983

Dívida externa

Na quinta-feira da semana passada, o jornal *Washington Post* informava que os bancos credores do Brasil estavam dispostos a reduzir ligeiramente as taxas de juros (entenda-se: o *spread* e várias comissões supplementares que se aditam às taxas básicas) que nosso país está pagando. As autoridades brasileiras que se encontravam em Washington naquele dia mostraram-se, entretanto, bastante céticas quanto a tal possibilidade, tendo chegado a dizer que receavam, especialmente da parte de alguns bancos europeus, uma atitude contrária àquela.

Não obstante, há apenas dois dias, por uma indiscrição voluntária da Secretaria do Planejamento, se veio a saber que o Brasil havia acertado um novo plano de renegociação da dívida externa, plano que incluía não só a redução das taxas de juros, mas também a dilatação dos prazos dos empréstimos de oito para nove anos e a ampliação do prazo de carência de dois para cinco anos.

A verdade parece ser um pouco diferente. Aconselhado pela comis-

são de assessoria presidida pelo representante do Citibank, sr. William Rhodes, o Brasil, por intermédio do presidente do Banco Central, sr. Afonso Celso Pastore, que iniciou ontem uma viagem de 18 dias em visita a todos os credores de nosso país, pleiteará o reexame das condições impostas a uma parcela da dívida brasileira.

Convém frisar que não se trata da renegociação de toda a dívida externa do Brasil, que no final deste ano deverá fixar-se em torno de cem bilhões de dólares, mas apenas de parte desta, a ser discutida com vistas ao fechamento do balanço de pagamentos de 1983 e 1984, ou seja, 5,5 bilhões de dólares do reescalonamento da dívida a ser amortizada em 1984 e 6,5 bilhões correspondentes a novos empréstimos a ser contratados. Como se vê, estamos longe da renegociação da dívida total. Além disto, cabe ressaltar que se trata apenas de uma proposta apresentada pelo Brasil, que não será necessariamente aceita pelos credores estrangeiros, e que, a despeito do pare-

cer favorável da comissão de assessoramento, não é certo que o País irá conseguir os 6,5 bilhões de dólares que está solicitando. Aliás, isto explica o empenho do presidente do Banco Central, que tenciona entender-se com cada um dos credores do Brasil, que são cerca de 800...

É verdade que nosso governo conta com um bom trunfo para obter essas condições mais favoráveis que lhe oferecem os bancos credores: a iniciativa foi tomada por nossos assessores, experientes banqueiros estrangeiros que consideram o momento favorável para se conseguir esta revisão das pesadas condições até agora impostas ao Brasil. Sem dúvida, tal disposição se manifesta mais entre bancos norte-americanos do que em bancos europeus.

"O beneplácito dos credores norte-americanos já facilitaria a renegociação com os demais credores, e parece-nos muito positivo o fato de banqueiros estrangeiros já perceberem o absurdo de se cobrarem de um país como o Brasil os juros reais mais altos do mundo, quando há países

que, como a Polônia, não pagam juro algum. Importa notar, contudo, que, mesmo se os credores do Brasil aceitassem essas novas condições, não estaria resolvido o problema da dívida externa.

Na verdade, somente no dia em que deixar de ampliar sua dívida para poder pagar os juros que incidem sobre esta, terá o País condições de pensar numa solução duradoura e realista de seu débito com o Exterior. Para isso, seria necessário renegociar até a taxa de juros, e não apenas os spreads e as outras taxas. Por ora, não há condições para isso. Como disse ontem, em São Paulo, de modo muito realista, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, no momento o Brasil tem de aceitar o plano concebido pelo FMI, embora saiba que esse plano tem caráter temporário e que algum dia será encontrada a solução duradoura e eficiente. Por enquanto, deve-se cuidar — como está fazendo o governo — de melhorar as condições da solução contingente. Mas não é certo nem mesmo que se conseguirá fazê-lo...